



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 15 de março de 2019.

MOBILIZAR OS TRABALHADORES PARA DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO FEDERAL

Na retomada dos trabalhos do Congresso Nacional pós carnaval, o governo deu sequência aos ataques proferidos contra os trabalhadores por meio de Medida Provisória (MP 873), já enviada ao Congresso na sexta-feira de carnaval (01/03), e a proposta de emenda constitucional (PEC 06), que destrói ainda mais a previdência pública brasileira. Também foi enviada pelo Executivo a MP 871, que antecipa as crueldades da Reforma da Previdência tendo como alvo os grupos mais vulneráveis atendidos pela Seguridade Social. Nos primeiros três meses de governo, Bolsonaro fez ações de desmonte ao mundo do trabalho e ao movimento sindical. Em janeiro, extinguiu o Ministério do Trabalho. No início de março veio a MP 873/19, que altera a CLT, para dispor sobre a contribuição sindical e revoga o dispositivo da Lei 8.112/90, que trata do Regime Jurídico Único (RJU) do servidor. A MP 873 é uma nítida tentativa de destruir as entidades sindicais, criando dificuldades para que não sejam repassados às entidades os recursos financeiros dos trabalhadores, sindicalizados ou não, via desconto em folha de pagamento. Se a MP 873 entrar em vigor, significa que os sindicatos só poderão receber os valores referentes às contribuições por meio de boleto bancário, retirando a autonomia sindical e proibindo que as assembleias sindicais autorizarem o desconto dos sindicalizados no Serviço Públicos Federal. Os ataques do governo não param por aí. A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 06 da Reforma da Previdência anunciada como carro chefe de campanha avança na Câmara e, no dia 12 de março, quarta-feira, foi instalada a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, que discute a constitucionalidade da proposta. O governo aposta em fazer valer sua promessa de campanha, buscando acelerar o processo de tramitação no Congresso. A MP 871, por sua vez, diminui drasticamente o acesso aos benefícios sociais para pessoas idosas (Benefício de Prestação Continuada - BPC), para trabalhadoras e trabalhadores rurais, para familiares de pessoas encarceradas (Auxílio Reclusão) e para familiares de pessoas falecidas (Auxílio Pós-Morte).

Entenda a tramitação da PEC:

Em primeiro lugar, é necessária a aprovação de admissibilidade da PEC pela CCJ.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Caso seja aprovada, em seguida será instalada uma comissão especial sobre o assunto para tratar do mérito. Se o texto for aprovado na comissão especial, vai a exame do plenário da Câmara e deverá passar por 2 turnos de discussões e votações. Nas duas votações, a PEC precisa ser aprovada por, no mínimo, 308 votos. Depois segue para o Senado, onde deve obter o mínimo de 49 votos. Caso seja alterada pelos senadores, volta para a Câmara.

De acordo com a estimativa do presidente da Câmara, a proposta deverá estar pronta para votação no plenário da Casa no início de junho.

ATUAÇÃO DA FASUBRA NO CONGRESSO NACIONAL

A FASUBRA, assim como outras entidades e centrais sindicais, tem atuado no Parlamento nos últimos dias incansavelmente, realizando reuniões com as bancadas dos parlamentares da oposição, participando da criação de frentes parlamentares e audiências públicas que se posicionam contra esses ataques e cobrando dos presidentes da Câmara e do Senado que não recepcionem a MP 873 proposta pelo governo. Também tem atuado junto ao STF, dialogando com os ministros sobre a inconstitucionalidade de tais medidas. É importante salientar que a FASUBRA participou de forma efetiva da construção de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da MP 873, que tem como porta voz a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, ingressada no STF, cuja relatoria coube ao Ministro Luiz Fux, que encaminhou a discussão da matéria para o Pleno do STF. Importante também apontar que o motivo de tal ação foi o fato de duas entidades, ao contrário da orientação das centrais e FONASEFE, terem ajuizado individualmente uma ADI. Na esteira da luta contra os ataques do governo, a **Plenária da FASUBRA aprovou um conjunto de orientações a serem desenvolvidas nos estados para que possamos fazer este enfrentamento. Ressaltamos que além das ações judiciais contra a MP 873, é de fundamental importância pressionar os parlamentares em seus estados e nos aeroportos, para que não votem a favor da retirada de direitos dos trabalhadores. Construir e participar das iniciativas de unidade nacional e locais, participar de frentes, fóruns, comitês, etc.** A DN da FASUBRA, em cumprimento à resolução da plenária encaminhou nos últimos Informes



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

de Direção orientações as entidades de base. Entendemos que, neste momento, se torna fundamental que sejam implementadas urgentemente essas ações e solicitamos que as entidades informem a FASUBRA as que foram realizadas ou que serão realizadas. Tal retorno é importante para que tenhamos um quadro permanente das ações realizadas na base para traçarmos as estratégias de forma unitária para derrotar o governo.

ORIENTAÇÕES EMERGENCIAIS APROVADAS NA PLENÁRIA NACIONAL:

- Atuar ativamente dentro do Parlamento durante os plantões;
- Pressionar os parlamentares nos estados;
- Realizar audiências públicas, na Câmara dos Deputados e nos estados;
- Estado permanente de alerta e mobilização diante dos ataques do governo;
- Construir e participar das iniciativas de unidade nacional e nos estados (frentes, fóruns, comitês, etc.);
- Buscar diálogo permanente com os segmentos da sociedade mais vulneráveis aos ataques do governo;
- Apoiar atos e iniciativas do dia 14 de março, data de um ano do assassinato de Marielle e Anderson e também dia de Luta dos Atingidos por Barragens.

ORIENTAÇÃO DA DN FASUBRA ENCAMINHADAS ÀS ENTIDADES DE BASES – EM 11/03/2019

Companheiras e Companheiros,

Após a edição da Medida Provisória (MP) 873/19, e a constatação de que o momento é de extrema delicadeza e aprofundamento do desmonte das estruturas dos movimentos sociais, da máquina estatal e do estado social de direito, com mais ênfase no movimento sindical, que é o baluarte na conquista, defesa dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores e principal oponente ao conjunto de propostas de



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

reformas apresentadas, a FASUBRA alerta que é necessário ter atenção especial à reforma da previdência que tramita a passos largos no Congresso Nacional. De um governo com práticas de viés fascista não se podia esperar outra atitude. Mas o que mais assombra é o papel subserviente adotado pelo Congresso Nacional e pela justiça, que sinalizam aprovação de matérias que não tem sustentação jurídica, uma verdadeira aberração jurídico-partidária, ferindo de morte a já combalida Constituição. O último ataque ao movimento sindical, no dia 1º, veta a autonomia sindical das categorias que se utilizam da contribuição sindical, que é decidida pelo conjunto de trabalhadores em seus fóruns democráticos e em consonância com seus estatutos, direito esse já ameaçado desde a reforma trabalhista aprovada pelo golpista Temer.

O que causou maior insegurança foi que este governo com viés fascista, exclui de forma arbitrária, sem motivo relevante e qualquer urgência, o art. 240, alínea “c”, da Lei n. 8112/90, ou seja, depois de 29 anos, com sucessivos convênios e regulamentações administrativas que asseguram o direito dos servidores e de suas entidades, publicou esta malvada MP, que na prática proíbe o desconto em folha das mensalidades sindicais dos filiados, que autorizaram expressamente o desconto mediante convênio celebrado com o SERPRO, empresa pública, responsável pelo Siape.

No Art. 8º, I, CF/88, está explícito que esta MP 873 veta a autonomia e liberdade sindical; inviabiliza e dificulta a organização sindical; por isto os estudos que estão sendo realizados caminham para apresentar parecer que prova que esta MP é inconstitucional, pois, intervém na liberdade sindical, na medida em que não respeita a manifestação individual do filiado que autorizou expressamente o desconto no momento de sua filiação. Desta forma, não temos segurança em afirmar que as mensalidades de nossos sindicatos de base serão recolhidas e depositadas nas contas de nossas entidades filiadas e, conseqüentemente, a arrecadação mensal da federação também poderá ser afetada.

Diante do exposto, não podemos ignorar as possíveis conseqüências em nossa organização, caso venha a se concretizar o que propõe a referida MP.

Portanto, à luz do momento conjuntural e em cumprimento ao deliberado na última Plenária Nacional, a Direção Nacional da FASUBRA aponta:



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- Suspensão de todas as atividades temáticas agendadas para os próximos 30 dias;
- Manter a centralidade das ações no combate à reforma da previdência e a derrota da MP 873/19;
- Manter a convocatória e intensificar as mobilizações para o dia 22 de março, Dia Nacional de Lutas contra o fim das Aposentadorias e por uma Previdência Social Pública. Este dia inicia as ações contra a reforma da Previdência, consta no calendário unificado das Centrais Sindicais e incorporou a luta contra a MP 873/19;
- Propor às demais entidades ações conjuntas para o enfrentamento aos ataques do governo;
- Manter para as próximas duas semanas o plantão e uma representação política, em Brasília, responsável por fazer articulações política com Centrais Sindicais, Partido Político, Líderes no Congresso Nacional (deputados e senadores);
- Agendar reunião com Reitores na Andifes, para que em conjunto com os mesmos, denunciar em organismos internacionais, tais como: OIT, ISP, CEA, CONTUA, entre outros;
- Orienta que as entidades filiadas também se organizem em seus estados, para garantir o compromisso por escrito de cada parlamentar que seu voto será em defesa e valorização dos serviços públicos e seus servidores públicos, se colocando como aliados para derrotar a reforma da previdência e a MP 873/19;
- Orientar os sindicatos de base a criação de fóruns de resistência às reformas nefastas, contra a MP 873/19 e em defesa das Instituições Públicas de Ensino;

Estas são algumas das propostas e motivos para a suspensão das atividades, a partir desta semana, orientando as entidades a manterem a centralidade na política macro, cancelando o envio neste momento de representantes, nas atividades, ora agendadas.

20 DE MARÇO – RELANÇAMENTO OFICIAL DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

No próximo dia 20 de março será realizado o relançamento oficial da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, no Auditório Nereu Ramos, a partir das 9h.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

A frente reúne diversas entidades, sindicatos, associações, federações e centrais sindicais, além de parlamentares e pretende discutir a proposta em todos os estados e no DF. Também no dia 20 de março as categorias de trabalhadores e trabalhadoras que compõem a frente, entre elas a FASUBRA, irão lançar a campanha salarial de 2019.

A Direção da FASUBRA Sindical participou de diversas audiências da frente para definir as estratégias de enfrentamento à proposta de reforma da Previdência - PEC 6/2019 e a defesa da Previdência Social.

Confira programação completa do dia 20 de março:

9h – Abertura

Lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social com a presença de coordenadores e de representantes das Centrais Sindicais na mesa.

12h – Almoço

Seminário

14h às 14h30 – Propostas do Governo para a Previdência no Brasil

Palestrante: José Pinto

14h30 às 15h00 - Reflexos da Capitalização – Experiência de Aposentadorias no Chile

Palestrante – Hernan Frigolett (Ex Tesoureiro Geral da República no Governo Michelle Bachelet).

15h00 às 15h30 - A Previdência que o trabalhador precisa – Princípios Gerais Trabalhadores CLT

Palestrante: Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico do Dieese

15h30 às 16h00 - A Previdência dos trabalhadores rurais (Contag)

16h00 às 16h30 - A expectativa para os trabalhadores no serviço público com as reformas propostas.

Palestrante: Vladimir Nepomuceno

17h – Debate

18h – Encerramento



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

22 DE MARÇO - “DIA NACIONAL DE LUTA E MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA”



As centrais, os movimentos sociais e entidades sindicais promovem no próximo dia 22 de março (sexta-feira) o “Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência”. A ideia é iniciar o enfrentamento contra a reforma, o fim das aposentadorias e aumentar a mobilização. A FASUBRA Sindical conclama as entidades de base a se incorporarem à luta neste primeiro grande ato, rumo à greve geral, e mostrar a força da classe trabalhadora ao governo Bolsonaro.

É de extrema importância a unidade neste momento entre as entidades sindicais, os movimentos sociais, parlamentares, entre outros setores da sociedade, para fortalecer a mobilização contra essa proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019) e informar melhor os trabalhadores e trabalhadoras sobre os danos, caso seja aprovada. As entidades reforçam ainda a necessidade de ampliar a atuação no Congresso Nacional e nos estados, intensificando a interlocução e pressão com os parlamentares, além de atuar com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

A Plenária Nacional da FASUBRA Sindical aprovou a participação em todas as iniciativas e fóruns no enfrentamento aos retrocessos e retirada de direitos. A categoria está em estado de mobilização permanente, acompanhando o calendário proposto pelas centrais sindicais que aponta a necessidade de construir a greve geral, caso a proposta de reforma seja encaminhada para votação. A orientação é priorizar a luta contra a reforma da previdência, em defesa dos direitos sociais, em defesa das liberdades democráticas, contra as privatizações, em defesa da educação pública e por melhores condições de trabalho e salário.

SEMINÁRIO DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A direção da FASUBRA Sindical participou do “Seminário Internacional de Resistência e Organização Sindical”, realizado nesta quarta (13) e quinta-feira (14), em Brasília, para debater com os sindicatos brasileiros como outros países resistiram aos ataques e se fortaleceram como representação sindical. O evento foi organizado pela Internacional de Serviços Públicos (ISP) e pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF).

Durante o encontro, sindicalistas falaram das experiências de países como Canadá, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Chile. No Brasil foram apontados os retrocessos com a reforma trabalhista, além dos recentes ataques do governo Bolsonaro às organizações sindicais, os desafios para a negociação coletiva e denúncias à OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre a Convenção 151.

Alguns dos painéis apresentados foram: Experiência Canadá – Uma década de um governo conservador: Como se defender de ataques neoliberais e legislativos ao movimento sindical; Experiência Peru – Fujimori e os ataques contra liberdade sindical; Experiência Uruguai – Enfrentamento à Ditadura, reconstrução da Frente Ampla e da organização sindical e Experiência Chile – 17 anos de ditadura e os ataques neoliberais atuais.

Com informações da ISP

FASUBRA NO CONGRESSO



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

FASUBRA Sindical reforça trabalho parlamentar contra a reforma da Previdência e a MP 873/2019

Dirigentes da FASUBRA Sindical reforçaram as atividades no Congresso Nacional esta semana contra a reforma da Previdência e contra a MP 873/2019, que suspende o desconto das mensalidades sindicais em folha de pagamento, mesmo os trabalhadores tendo autorizado o desconto, que conforme a MP, passará a ser por boleto bancário. Na ocasião, os coordenadores reuniram-se com diversos parlamentares.

Presidentes da Câmara e do Senado

Na terça-feira (12), os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), receberam representantes das centrais e das entidades sindicais para discussão dos temas. Durante o encontro no Senado, o senador Davi reconheceu que poderá devolver a MP 873 ao governo.

Liderança da Minoria

Seguindo a estratégia de enfrentamento aos ataques do governo, mais de dez Centrais Sindicais e representantes do Movimento Social, Sindical e Estudantil estiveram presentes na Câmara dos Deputados em reunião da Minoria nesta quarta-feira (13) para debater a resistência à Reforma da Previdência Social e o fim das aposentadorias.

Quanto às ações de convencimento, o conjunto de trabalhadores definiu o aumento da mobilização nos estados e a pressão aos parlamentares que vão analisar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A instalação da Comissão, a eleição do presidente e dos vice-presidentes foi realizada nesta quarta e a FASUBRA acompanhou a sessão. A tramitação da PEC começará assim que for enviada a reforma da Previdência dos militares.

Para a líder da Minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), esta é a pior proposta sobre a reforma da Previdência já apresentada ao Legislativo e os trabalhadores e parlamentares devem ampliar a resistência, a articulação, além de promover uma grande campanha de comunicação. Participaram e da reunião parlamentares do PT, PDT, PCdoB, PT, PDT, Podemos e Solidariedade.

Bancada do PSOL

Representantes da FASUBRA Sindical também se reuniram nesta quarta-feira pela manhã com a Bancada do PSOL na Câmara dos Deputados. Na pauta, além da proposta de reforma da Previdência, foram discutidas ações contra a MP 873/2019. Estavam presentes dirigentes das centrais CSP Conlutas e Intersindical.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Reunião do Núcleo de Educação da bancada do PT com centrais e entidades da Educação

Participaram da reunião do núcleo de educação do PT no dia 12 de março (terça-feira) os deputados Airton, Pedro Uczai, Reginaldo Lopes, Rosa Neide, Valdenor, o senador Jean Paul e as Entidades - CNTE, FASUBRA, UNE e CONTAG. O Núcleo é um órgão consultivo que tem a finalidade de priorizar estudos, seminários, etc., e fazer a discussão das pautas para orientar os parlamentares nas Comissões.

Ficou decidido que a discussão será feita considerando três grandes eixos: 1 - financiamento estratégico com revogação da EC 95, 2 - defesa da democracia, combatendo o Escola sem Partido e Militarização, 3 - defesa dos profissionais da Educação Pública.

Instalação e eleição da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Relato da Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria

A Coordenação de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da FASUBRA Sindical participou no dia 14 (quinta-feira), na Câmara dos Deputados, da reunião e eleição da presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Em seu pronunciamento, a presidenta eleita, deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) colocou que o idoso é explorado pelos planos de saúde, pelas famílias, pelo poder público e pela sociedade. Outra questão a ser observada, segundo a presidenta, é que a população idosa é majoritariamente de mulheres e que por isso necessita de políticas e atendimento diferenciados. Outro ponto destacado pela deputada são os ataques da Reforma da Previdência à dignidade dos idosos, principalmente os da zona rural, que podem deixar de ter condições básicas de sobrevivência. Outra preocupação é com os que estão para se aposentar e que já serão atingidos drasticamente. Ela explica que o Brasil não se preparou para atender o número crescente de idosos e que enquanto a França demorou 100 anos para aumentar a população de idosos, no Brasil isso ocorreu em 20 anos.

RELATÓRIO DA REUNIÃO AMPLIADA DO FONASEFE

RELATÓRIO DA REUNIÃO AMPLIADA DO FÓRUM DAS ENTIDADES NACIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (FONASEFE) E FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DAS CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO (FONACATE)

Local: Brasília - Hotel San Marco



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

Data: 17 de fevereiro de 2019

Entidades presentes: - ANDES-SN – ANFFA Sindical - ASFOC-SN – ASSIBGE-SN – CONDSEF – CSP/CONLUTAS - FASUBRA – FENAJUFE – FENASPS – FENAPRF - SINAIT - SINAL – SINASEFE – SINDIRECEITA - UNACON-Sindical.

Total de 320 participantes.

Objetivos:

1. Fazer a avaliação da conjuntura analisando os aspectos políticos e econômicos do governo atual, seus impactos nas mudanças do estado brasileiro buscando unidade de ação e estratégias de enfrentamento e de luta;
2. Discutir e debater a pauta da campanha salarial 2019 adequando-a a nova realidade bem como estabelecer um calendário de luta em defesa dos servidores e dos serviços públicos.

Propostas aprovadas

EIXO PRINCIPAL:

CAMPANHA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

Subitens:

1. Revogação do FUNPRESP, garantia de aposentadoria integral;
2. Fim da adesão automática ao FUNPRESP;
3. Aprovação da PEC 555/06, que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
4. Aprovação da PEC 56/2014, PEC 407/2018 que trata da aposentadoria por invalidez e garante a expectativa de direito em qualquer uma das regras respectivamente;
5. Extinção do fator previdenciário e da fórmula 90/100;
6. Contar, no mínimo, em dobro, para redução de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, a periculosidade e insalubridade, sem necessidade de perícia técnica individual.

Eixos Gerais:

1. Contra as privatizações e o desmonte do serviço público.
- 2 - PELA REVOGAÇÃO DA EC 95
- 3 – PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA e da lei de terceirização.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

5- Em defesa das liberdades democráticas em especial da livre manifestação e organização dos trabalhadores

PAUTA DA CAMPANHA SALARIAL 2019:

- 1 - Correção salarial com aplicação de índice até janeiro de 2020 (Índice do Dieese e Sinal, próximo de 33%).
- 2 - Extensão do índice da Lei 13.464-2017 para todos os servidores federais.
- 3 - Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da UNIÃO para a manutenção de plano de saúde dos servidores.
4. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
5. Data-base 1º de maio
6. Pela garantia do direito a data base em primeiro de maio. Exigir do STF o julgamento favorável do recurso 565089.
7. Direito irrestrito de greve e negociação coletiva no serviço público, com base na convenção 151 OIT.
8. Pela revogação da Lei 156/2016;
9. Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
10. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;
12. Pela manutenção da estabilidade dos servidores públicos. Arquivamento imediato do PL 248/95 e PLS 116, e de todos projetos que atacam a estabilidade. Exigir julgamento favorável da ADI 3238 que tramita no STF e das PEC 407/2018 (estabelece o Princípio da confiança legítima em matéria previdenciária) e 442/2018 (veda a edição de medidas provisórias em matéria de direito Trabalhista e Direito previdenciário) no Congresso Nacional.
13. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas. Pela revogação do Ofício MPOG 605/16 e garantia da manutenção do servidor na folha de pagamento.
14. Retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos SPF e aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF;



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

15. Criação de novas vagas para concurso público pelo RJU e reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria;
16. Revogação da lei de criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Organizações Sociais (OS);
17. Fim dos cortes no orçamento federal e ampliação do financiamento público para qualificação dos serviços e servidores públicos;
18. Regulamentação da jornada de trabalho no serviço público, para o máximo de 30 horas semanais, sem redução de salário;
19. Garantir acessibilidade aos locais de trabalho no serviço público;
20. Contra a exigência de controle de ponto por via eletrônica no serviço público;
21. Pelo cumprimento dos Termos de acordo nº 01,03,04, 07,08,09,12,13,14,15,16,17,21,22,23/2015 e 10/16(CONDSEF e ASMETRO-SN), nº 02/15(CNTSS e FENASPS), nº 05/15(FASUBRA), nº 20/15(ASFOC-SN), nº 28/15(ASSIBGE), nº 25/15(UNACON-Sindical), nº 29/15(SINPECPF) , nº 31/15(SINAL e SINTBACEN) nº 02/16(SINDFISCO-Nacional), nº 03/16(SINDRECEITA), nº 04/16(SINAIT), nº 05/16(FENAPRF), nº 06/16(ANFFA-Sindical) e Lei 13.464/17 assinados com o Governo Federal;
22. Garantia plena da licença capacitação e qualificação do servidor público;

Calendário de Lutas e atividades:

- 20/03 – Participar do lançamento da frente parlamentar mista em defesa da previdência social. Auditório Nereu Ramos e Ato nacional no Ministério da Economia (antigo MPOG) de lançamento da campanha salarial 2019 dos SPF.
- 21/03 – Dia de combate ao Racismo.
- 28/03 – Dia Nacional em defesa da educação pública (in memória do assassinato do estudante Edson Luiz pela ditadura militar).
- 07/04- Dia Mundial da saúde.
- 01 de Maio – Dia Internacional do Trabalhador
- 13 de Maio- Dia nacional de denúncia do racismo.



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

- 13 de Junho – data do julgamento da data base do funcionalismo no STF. O FONASEFE e FONACATE devem elaborar campanha específica para essa reivindicação.

- 25/07 – Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha.

Encaminhamentos:

* Próximas reuniões do FONASEFE organizar calendário e ações específicas da campanha contra a reforma da previdência com ações nos aeroportos, pressão sobre parlamentares e campanha de mídia. Com agenda de acompanhamento no Congresso Nacional sobre os itens da campanha salarial. E orientação de organização de comitês estaduais.

- Participar e fortalecer o lançamento da Frente Parlamentar mista em defesa da previdência social. Auditório Nereu Ramos.

Outras Campanhas:

* Defender a existência da Justiça do Trabalho e a recriação do ministério do Trabalho.

* Campanha pela criminalização da LGBT e Homofobia.

* Campanha pela valorização dos trabalhadores da educação, contra o movimento escola sem partido, contra a criminalização da educação através do protocolo de intenções intitulado “Lava Jato da educação”.

* Campanha em defesa dos atingidos pelo crime ambiental e humanitário que envolveu Mariana e Brumadinho. Punição para as empresas responsáveis e estatização da Companhia Vale do Rio Doce.

* Campanha contra o genocídio da juventude negra.

* Propor as centrais sindicais a preparação da construção da greve geral acompanhando o calendário de tramitação da reforma da previdência no congresso nacional.

* Reeditar o 3º encontro de aposentadas e aposentados das 3 esferas do serviço público.

CALENDÁRIO

MARÇO

19	Reunião Fonasefe – Brasília/DF
----	--------------------------------



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

20	Ato Nacional de Relançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência – Auditório Nereu Ramos – Brasília/DF
20	Lançamento da Campanha Salarial 2019 dos SPF – Ministério da Economia – Brasília/DF
22	Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência – Brasília/DF
27	Lançamento da Frente em Defesa da Educação – Brasília/DF
ABRIL	
26 a 28	Encontro de Mulheres – Brasília/DF.
26 a 28	Reunião de Organização Seminário sobre Segurança nas IPE. Local: João Pessoa/PB.